

BARRA, Valdeniza Lopes da. Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX. Goiânia: Gráfica UFG, 2016. 416p.

Ana Paula de Souza Kinchescki*
Gustavo Rugoni de Sousa*

Por meio do livro intitulado *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX*, publicado em 2016, Valdeniza Lopes da Barra¹ traz contribuições importantes para a compreensão de acontecimentos e elementos envolvidos nos processos de constituição da escola moderna. Para a escrita de sua dissertação de mestrado, realizada pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a pesquisadora assumiu a desafiadora tarefa de “contar a história da escola pública oitocentista por meio do itinerário da lousa” (BARRA, 2016, p. 15) e, após 15 anos de sua defesa, a divulga em forma de livro.

O prefácio é escrito por Rosa Fátima de Souza, que atenta para o pioneirismo da autora ao definir a lousa como objeto de pesquisa e a cultura material escolar como baliza para suas investigações em um momento em que esta não era ainda uma vertente muito explorada em nosso país. Por sua vez, Kazumi Munakata – seu orientador no mestrado –, destaca na orelha do livro o compromisso de Valdeniza Lopes da Barra com a busca de indícios

* Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: anapaulakin@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-8387-275X>.

* E-mail: gustavorugoni@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-6027-460X>.

¹ Valdeniza Maria Lopes da Barra possui uma longa trajetória no campo da Educação e, em especial, na História da Educação. Pedagoga, com Mestrado e Doutorado em Educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, desenvolve investigações, principalmente, nas linhas de pesquisa: Cultura Material Escolar, História da Educação de Goiás no século XIX e Política, Formação de professores, Estágios. É Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, com atuação na graduação, no Programa de Pós-Graduação em Educação e possui um conjunto de artigos publicados em periódicos, livros e eventos.

para a escrita de uma história da escola paulista e o reconhecimento de que os objetos escolares, com destaque à lousa, foram fundamentais para a realização de práticas pautadas pela ideia da modernidade.

Os estudos que tomam os objetos escolares como fontes de pesquisa têm assumido um papel importante para a reflexão acerca de discursos, concepções e práticas que envolvem a escolarização brasileira e mundial. Rosa Fátima de Souza é uma das pesquisadoras que atentam, por exemplo, para a renovação da escola primária paulista por meio dos objetos durante o século XX. Assim como Valdeniza Lopes da Barra (2016), a autora alerta para as relações que envolvem a adoção/retirada e os usos/desusos dos artefatos, destacando que “a persistência de culturas escolares, às vezes indiferentes, outras vezes seletivamente permeáveis a algumas dessas inovações, têm muito a dizer sobre o processo complexo de persistências e mudanças na educação” (SOUZA, 2013, p. 117).

Ciente da potencialidade dos estudos a partir dos objetos, Valdeniza Lopes da Barra (2016) organiza seu livro em seis capítulos e tece seus argumentos dispondo de fontes como ofícios, avaliações, listas de materiais escolares, relatórios de professores e inspetores, legislações, bem como dicionários e enciclopédias. Conforme destaca na “Introdução”, uma de suas influências iniciais para a pesquisa decorreu da leitura do trabalho de Mariano Narodowski (1993), intitulado “Infância e poder: a conformação da pedagogia”², por meio do qual “[...] conclui que a conformação moderna da escola é dada pelos dispositivos da infância, da aliança da família com a escola, da utopia e da instrução simultânea” (BARRA, 2016, p. 17).

Os conceitos e teorias que são utilizados como referências, tais quais *cultura escolar* e *forma escolar* bem como as opções metodológicas do trabalho, pautadas no paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, também são apresentados na Introdução, na qual disserta sobre os olhares lançados às fontes analisadas e os significados atribuídos à *lousa*, à *pedra* e ao *quadro-negro*, artefatos que, dependendo de sua utilização, poderiam ser classificados como utensílios ou móveis escolares e que estariam associados a diferentes métodos, matérias e formas de organização de escolas públicas oitocentistas.

No primeiro capítulo, denominado “Fazer com” – fazer como: ensaios de escola”, Valdeniza Lopes da Barra (2016) apresenta indícios de que a ardósia já era utilizada como suporte para escrita antes mesmo de adentrar nas escolas. De acordo com as informações por ela apresentadas, o nome de Pestalozzi

2 Trata-se da tese deste autor, defendida em 1993 na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253038>.

está relacionado à incorporação deste artefato nas escolas primárias da Suíça e sua disseminação ligada aos diretores das escolas mútuas.

Ainda neste capítulo é possível visualizar relações existentes entre as práticas escolares e as alterações que ocorrem nos objetos destinados ao ensino: inconvenientes como o peso e a utilização de “lápiz” que irritavam os dedos das crianças; por exemplo, resultaram em aperfeiçoamentos e na inclusão de artefatos como o quadro-negro, uma ardósia artificial. O texto enfatiza a correspondência entre a criação do quadro-negro e a articulação deste com o método de ensino simultâneo; contudo a autora alerta que o uso desse artefato não se vinculava exclusivamente a um método, uma vez que também era utilizado no ensino mútuo. Nessa direção, busca discutir as relações entre método de ensino e material escolar, bem como o papel exercido por professores e inspetores ao relatarem, de modo tático ou estratégico, as práticas de ensino adotadas nas escolas de Primeiras Letras de São Paulo entre os anos de 1820 e 1840, levantando, entre outras questões, reclamações dos docentes relacionadas à falta de material para a aplicação do método de ensino mútuo.

O livro intitulado “*Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*”, publicado em 2018, organizado por Vera Lucia Gaspar da Silva, Gizele de Souza e César Augusto Castro, reúne um conjunto de experiências de diversos pesquisadores, nacionais e internacionais, que se dedicam a investigações em torno da história da materialidade escolar. No capítulo elaborado por Wiara Rosa Rios Alcântara e Diana Gonçalves Vidal (2018), as autoras também apresentam indicativos de reclamações recorrentes relacionadas a falta de objetos e móveis para a execução de um trabalho adequado. Os discursos de professores e inspetores, enfatizados pelas diferentes autoras e pesquisas, auxiliam na percepção de que os objetos escolares se constituem como elementos singulares que são propostos a compor o cenário escolar e que sua ausência poderia implicar em justificativas para a não adoção de determinados métodos e modos de ensino.

No segundo capítulo do livro, “Provisão Escolar: relações de modo e método, implicações entre materiais escolares e práticas de ensino”, Valdeniza Lopes da Barra (2016) trata sobre mudanças efetuadas na legislação da instrução pública paulista no ano de 1846, em que o *método* mútuo deixa de constar como o indicado, passando a ser estabelecido em seu lugar um *modo* de organização das escolas. A partir das informações e análises realizadas, é possível refletir sobre a provisão material, acerca da frequência escolar e da burocratização do serviço público. Apesar de a legislação trazer indicações, os diferentes pedidos de materiais acusavam para a coexistência de distintos *modos* de organizar a escola.

As alterações nos móveis e utensílios disponibilizados às escolas públicas de São Paulo entre 1846 e 1872 para serem usados por professores e alunos são

foco do terceiro capítulo, intitulado “A provisão material da escola primária do século XIX”. A substituição de bancos individuais por bancos coletivos sem encosto, “a permanência de ‘penas de ave’, o aparecimento de ‘penas de aço’, a permanência de ‘lápiz de pedra’ e o aparecimento de ‘lápiz de pau’” (BARRA, 2016, p. 176), as ausências de pedidos do conjunto “pauta e régua” quando o papel com pautas passa a ser produzido, entre outros trazem indicativos de mudanças na função do professor, bem como das discussões e preocupações médico-higienistas que se propagavam em exposições e conferências internacionais. Por fim, a pesquisadora traz elementos que discutem a lousa como “a pedra fundamental” (p. 187), discorrendo sobre inovações que ocorreram em seus materiais e formas de uso, tanto em classes iniciantes como mais avançadas na aprendizagem.

A defesa da presença ou da retirada de determinados objetos das escolas aparece em retóricas educacionais que circulam e se propagam em manuais pedagógicos, grandes exposições e eventos educacionais, as quais estão relacionadas a diferentes projetos. Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2018) trazem uma contribuição valiosa acerca das relações entre a expansão industrial, a obrigatoriedade escolar, a organização de eventos como Exposições Internacionais e os Museus Pedagógicos e Escolares. A partir dessa produção, identifica-se também que a constituição da escola pública primária carrega consigo a exigência da presença de aparatos materiais específicos: “as leis de obrigatoriedade escolar, articuladas ao desenvolvimento da indústria que começa a produzir em larga escala, fazem surgir um mercado bastante atraente e promissor” (GASPAR da SILVA; SOUZA, 2018, p. 120).

No capítulo quatro, “Das relações entre material escolar e matérias de ensino”, a vinculação entre o quadro-negro e a aritmética aparece no centro das atenções para Valdeniza Lopes da Barra (2016). Apesar do uso do quadro-negro trazer modificações na forma de ensinar e permitir que a aritmética seja explicada simultaneamente a um grupo de alunos, a autora destaca que os diferentes graus de adiantamentos dos estudantes nas escolas paulistas faziam com que professores dispensassem este artefato e utilizassem, principalmente, as lousas individuais. Outro elemento destacado pela autora a partir de dados localizados em suas pesquisas é que, até o começo da década de 1870, os docentes não se valiam do quadro-negro para as práticas de ensino de leitura. Portanto, por compreender a necessidade de realizar “um exercício que permite observar as condições que definem o emprego de um material ou sua substituição por outro” (BARRA, 2016, p. 211), a autora dá continuidade ao capítulo discorrendo sobre diferentes métodos de ensino de leitura e os materiais indispensáveis para empregá-los.

Em “Métodos de ensino: em tese” é explorada a formação de professores

na Escola Normal paulista para que lecionassem nas escolas de instrução elementar. Neste, que é o quinto capítulo do livro, a pesquisadora apresenta fontes que demonstram uma insatisfação por parte de inspetores e professores com relação aos materiais disponíveis na Escola Normal e com a grande quantidade de matérias que um único professor deveria ministrar no curso, o que resultava na preferência pelo ensino de matérias práticas, capazes de instrumentalizar os professores para trabalhar na instrução pública elementar. O capítulo contribui ainda com elementos que auxiliam na compreensão de modificações que ocorrem na formação de professores e os desafios para a implantação de uma forma mais “científica” de ensino, a qual deveria difundir as teorias modernas de educação.

No capítulo seis, “Escola de classes”, chama-se atenção para o espaço escolar e os materiais que o compõe, particularmente com a apresentação de experiências distintas em torno de uma organização graduada de ensino que vai se constituindo no decorrer do século XIX. Os estudos da autora permitem perceber que a instituição da instrução primária graduada na província paulista não pode ser justificada de forma simplista. São dadas a ver diferentes nuances relacionadas a acontecimentos políticos, matérias ensinadas no curso normal, o local de funcionamento, precário ou não, assim como elementos impostos na realidade do cotidiano escolar, como a heterogeneidade dos alunos. Associada a essas questões, Valdeniza Lopes da Barra (2016) também discute as transformações que o entendimento sobre o conceito de classe vai sofrer longo do século XIX; essas mudanças relacionam-se diretamente ao que se entende por ensino *simultâneo* e ao uso do quadro-negro, que passa a ser polivalente, em uma modalidade de transmissão simultânea de ensino que prevê uma classe supostamente homogênea.

Contribuindo com as interpretações das investigações que possuem os artefatos como foco, a pesquisadora apresenta as considerações finais de seu trabalho, por meio do qual o leitor tem a possibilidade de identificar que objetos como a lousa possuem uma história e que os movimentos em torno de sua entrada, permanência ou ausência no espaço escolar auxiliam para formular uma compreensão da escola pública primária paulista e brasileira. Marcus Levy Bencosta (2013), ao abordar sobre a noção de cultura material escolar no campo da História da Educação, chama atenção para o amadurecimento das interpretações dessas pesquisas, auxiliando para ressignificações de entendimentos sobre a escola, além de enfatizar que esses estudos “têm conquistado paulatinamente seu espaço de reconhecimento na historiografia educacional brasileira” (p. 29).

Nessa direção, o livro de Valdeniza Lopes da Barra (2016) apresenta uma grande contribuição aos estudos no âmbito da cultura material escolar, por possibilitar, além do entendimento de componentes que constituem uma escola, a identificação de caminhos teóricos e metodológicos importantes para

a construção de uma história da educação a partir dos objetos escolares. Suas pesquisas colaboram, principalmente, para as reflexões relativas às práticas realizadas nas instituições educativas: métodos, materiais e modos de ensino; bem como para perceber também relações que ocorrem para além do espaço escolar, como a importância das exposições internacionais para a educação, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios; VIDAL, Diana Gonçalves. Corpo e matéria: relações (im)previsíveis da cultura material escolar. In: GASPAR da SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (Orgs.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*. Vitória: EDUFES, 2018, p. 243-268.

BARRA, Valdeniza Lopes da. *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX*. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

BENCOSTTA, Marcus Levy. A noção de cultura material escolar em debate no campo de investigação da História da Educação. In: CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Veázquez (Orgs.). *A escola e seus artefatos culturais*. São Luís: EDUFMA, 2013, p. 21-34.

GASPAR da SILVA, Vera; SOUZA, Gizele. Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele; CASTRO, César Augusto (Orgs.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*. Vitória: EDUFES, 2018. P. 119-141.

GASPAR da SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele; CASTRO, César Augusto (Orgs.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*. Vitória: EDUFES, 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 103-120, jul./set. 2013.

Texto recebido em 01 de fevereiro de 2019.

Texto aprovado em 07 de julho de 2019.